

39- CONSELHEIROS ESTATAIS

Claro, aqui está um resumo da proposta unificada para a profissionalização dos conselhos públicos e estatais.

Resumo Executivo: Profissionalização dos Conselhos Públicos e Estatais

Problema Central: A atual composição de muitos conselhos públicos e, especialmente, das estatais brasileiras é baseada em indicações políticas (apadrinhamento), e não em competência técnica. Isso gera ineficiência, desperdício de recursos, prejuízos bilionários e desconfiança da população.

Objetivo da Proposta: Substituir o modelo de loteamento político por um sistema de mérito e técnica, tornando os conselhos mais eficientes, éticos e alinhados com o interesse público. A proposta é dividida em dois eixos principais:

1. Princípios para Todos os Conselheiros (Municipais, Setoriais, Estatais): Estabelece um perfil ideal para qualquer conselheiro, baseado em:

- **Competência Técnica:** Domínio da área e das leis.
- **Habilidades Interpessoais:** Comunicação e mediação.
- **Ética e Transparência:** Priorização do interesse público.
- **Conexão com a Realidade Local:** Entendimento das necessidades da comunidade.
- **Capacidade de Gestão:** Noções de projetos e análise de dados.

Estratégias de Apoio: Capacitação contínua, planejamento estratégico, transparência total, uso de tecnologia e avaliação de desempenho.

2. Modelo Concreto para Estatais (Inspirado na Noruega): É a parte mais disruptiva da proposta, com regras rígidas para os conselhos de administração de empresas estatais.

- **Seleção por Mérito:**
 - o **Requisitos Mínimos:** Pós-graduação, mais de 10 anos de experiência em alta gestão e certificação em governança corporativa.
 - o **Vedação a Políticos:** Impedimento para políticos em exercício ou nos últimos 4 anos.
 - o **Processo Técnico:** Recrutamento por headhunters independentes e aprovação final por um Comitê Paritário (governo, tribunais de contas, academia e entidades técnicas).
 - o **Composição do Conselho:** 1/3 de membros independentes, 1/3 de especialistas de mercado e 1/3 de representantes do acionista controlador (Estado).
- **Remuneração Híbrida e Justa:**

- o Combina um **teto salarial fixo** (ex.: R\$ 500 mil/ano para grandes estatais) com um **bônus por desempenho** (até 50% do fixo).
- o O bônus está vinculado a lucro, metas de eficiência e indicadores ESG.
- o Inclui uma **cláusula "malus" (clawback)** para recuperar bônus pagos com base em resultados fraudulentos.
- **Transparência e Responsabilização:**
 - o Divulgação pública de currículos, votações e remunerações.
 - o Avaliação anual de desempenho por órgãos de controle (TCU, CGU).
 - o Responsabilização civil e criminal por decisões que causem danos.

Mecanismo de Implementação: A forma proposta para tornar isso realidade é por meio de uma **emenda à PEC 14/2024 (Reforma Administrativa)**, incluindo um capítulo específico sobre "Governança Profissional em Empresas Estatais". A proposta já vem com a minuta da emenda pronta.

Argumentos e Dagens:

- **Dados Alarmantes:** 72% dos conselheiros de estatais não têm formação técnica (TCU, 2022). Prejuízo de estatais federais: R\$ 10 bilhões (2020-2023).
- **Comparativo Internacional:** A estatal norueguesa **Equinor** (com governança técnica) lucrou NOK 80 bilhões em 2023, enquanto a **Petrobras** (com gestão política) teve prejuízos bilionários em períodos recentes.
- **Benefícios para o País:** Fim do loteamento político, estatais lucrativas, atração de investidores e fortalecimento da economia e da confiança no Estado.

Conclusão: A profissionalização não é uma opção, mas um **imperativo** para um Estado eficiente e republicano. A proposta oferece um caminho claro, detalhado e inspirado em casos de sucesso internacional para transformar os conselhos em ferramentas de desenvolvimento, economizando bilhões e restaurando a confiança da sociedade.